

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE POSTE TIPO G7 GALVANIZADO

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de postes G7 galvanizados simples, destinados à fixação de placas de sinalização viária vertical, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos, observadas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade atender à demanda contínua da Gerência de Manutenção de Sinalização da CET-Rio, assegurando a disponibilidade de insumos indispensáveis à implantação, reposição e manutenção de dispositivos de sinalização viária, contribuindo diretamente para a segurança do trânsito e a adequada prestação do serviço público.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS:

3.1. POSTE SIMPLES, INTEIRAMENTE GALVANIZADO A QUENTE, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO DO TIPO SAE 1006 COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: TUBULAR COM DIÂMETRO EXTERNO DE 50,8 MM, PAREDE DE 2,75 MM DE ESPESSURA, 3500 MM DE COMPRIMENTO, EXTREMIDADE DE APOIO PARA ENTERRAMENTO COM QUATRO ALETAS RETANGULARES ANTI-GIRO COM 50 MM DE LARGURA POR 100 MM DE COMPRIMENTO, ESPESSURA DE 2,75 MM, SOLDADAS EM FORMA DE CRUZ FIXADA A 300 MM DA EXTREMIDADE INFERIOR, COM SOLDA ELÉTRICA EM CORDÃO CONTÍNUO ATÉ O MEIO DA ALETA E ALTERNAR PARA A OUTRA FACE TAMBÉM EM CORDÃO CONTÍNUO ATÉ O FINAL DA MESMA, NÃO FICANDO NO LADO DE 100 MM DA ALETA, NO SEU CONTATO COM O TUBO NENHUMA PARTE SEM SOLDA E TOPO SUPERIOR FECHADO, CONFORME DESENHO DE N° 4.3, FURAÇÃO COM DIÂMETRO DE ATÉ 9 MM (3/8") JUNTO AO TOPO PARA PERMITIR SUA IMERSÃO E RETIRADA DO BANHO DE GALVANIZAÇÃO À

QUENTE, A QUE O POSTE SERÁ SUBMETIDO APÓS TODAS AS SOLDAGENS.

3.2. Serão adquiridas 3.200 (três mil e duzentas) unidades, sendo:

3.2.1. QUANTIDADE: 2.880 UNIDADES;

✓ **Participação Aberta**

3.2.2. QUANTIDADE: 320 UNIDADES;

✓ **Reserva de Cota de 10% para Participação Exclusiva de ME/EPP**

3.3. MATERIAIS ALTERNATIVOS

3.3.1 Caso, no processo de fabricação ou fornecimento, haja necessidade de substituição de materiais, esta somente poderá ser admitida quando o material substituto possuir características técnicas equivalentes ou superiores às do produto especificado, mediante aprovação prévia do fiscal do contrato, sem qualquer ônus adicional para a CET-Rio e após a devida formalização do detalhamento técnico correspondente.

3.4. TOLERÂNCIA

3.4.1. Nas dimensões e formatos estabelecidos no projeto, serão admitidas as seguintes tolerâncias:

- +/- 10 mm no comprimento total;
- +/- 5 mm no posicionamento longitudinal das aletas;
- +/- 2% no dimensionamento e posição das aletas;
- 10 mm de flecha no empenamento do tubo;

3.5. GALVANIZAÇÃO À QUENTE

3.5.1. Conforme as recomendações técnicas, após o acabamento final das usinagens e soldagens dos produtos, cada peça deverá ser inspecionada de modo a ter um bom acabamento, livre de saliências, rebarbas, escamas,

torções, dobras ou outros defeitos, só então passará para a etapa de galvanização.

3.5.2. Os processos de galvanização deverão estar de acordo com as prescrições da norma NBR 6323, devendo sua comprovação de qualidade ser atestada pela apresentação dos seguintes ensaios:

- a) Determinação da massa de zinco depositada conforme a NBR 7397;
- b) Verificação da aderência da camada, conforme a NBR 7398;
- c) Verificação da espessura do revestimento conforme a NBR 7399;
- d) Verificação da uniformidade do revestimento conforme a NBR 7400.

3.6. ENSAIOS LABORATORIAIS

3.6.1 Independentemente dos resultados obtidos nos testes laboratoriais das amostras entregues para a CET-RIO, deverá ser apresentado pelo fornecedor, laudo técnico realizado por instituição credenciada pelo INMETRO, para comprovação dos requisitos qualitativos do produto quanto aos tipos de aços utilizados na sua confecção e quanto às características da galvanização de todo material efetivamente entregue.

3.7 IRREGULARIDADES

3.7.1. A constatação de defeito ou falta de homogeneidade, em cada partida, poderá ser motivo de recusa do lote inteiro. Sendo um lote reprovado o fornecedor deverá substituir todos os seus dispositivos, inclusive aqueles que, por acaso, estiverem em uso.

3.7.2. Mesmo após o recebimento, mas estando dentro do prazo de validade, ao ser colocado em uso, ou usando-se os procedimentos normais de inspeção do material em estoque, se constatada qualquer irregularidade das características definidas (forma, cor e retrorrefletividade) será necessária substituição do material, sob exclusiva responsabilidade do fornecedor, conforme o art. 76 da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

3.7.3. No caso de contestação pelo fornecedor, os procedimentos de inspeção e de ensaios deverão ser feitos formalmente entre as partes e mediante aposição de assinaturas nas amostras que servirão de prova e contra prova. Cabendo à empresa fornecedora, nos termos do art. 76 da Lei 13.303/2016, arcar com as despesas de ensaios em questão, em laboratório

credenciado pelo INMETRO, devendo ainda, se comprovado a irregularidade, proceder à substituição dos lotes recusados e/ ou materiais irregulares. O material substituído passará pelas mesmas inspeções das condições de recebimento da CET-RIO.

4. REGIME DE CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por aquisição de material, mediante pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CET-Rio.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da legislação aplicável.

5.2. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, em até 03 (três) entregas, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

5.3. A primeira entrega que corresponderá a 1/3 do montante contratado e deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato.

5.4. As parcelas subsequentes poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE em intervalos de até 60 (sessenta) dias, conforme sua conveniência e necessidade operacional.

5.5. O prazo de vigência contratual estabelecido no item 6.1 tem por finalidade assegurar a adequada gestão da contratação, abrangendo não apenas a execução das entregas, mas também eventuais necessidades administrativas, de fiscalização, de recebimento definitivo e de pagamento, não se confundindo com o prazo de execução das parcelas.

6. LOCAL DE ENTREGA

6.1. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado da CET-Rio, situado na Rua Bela, nº 598, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 12h e das 13h às 15h.

6.2. Todo o material deverá ser entregue e descarregado por conta do

fornecedor.

6.3. Antes da descarga, a CET-RIO fará a inspeção técnica dos produtos, no ato da entrega através do Laboratório de Controle e Pesquisa/ GMS. Em uma avaliação preliminar, os postes serão vistoriados antes da descarga com relação aos quantitativos e no tocante as características gerais do tipo de material solicitado aprovando-os quanto as suas medidas básicas e quanto à inexistência de empenamentos e irregularidades da sua superfície, soldas, bordos e cantos.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para verificação quantitativa, devendo o material se encontrar em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos pelo Projeto de Especificação PE-014 IV.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica pela Comissão de Fiscalização, que verificará a conformidade do material com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.3. A aceitação do objeto estará condicionada à verificação de que os materiais atendem integralmente às especificações técnicas exigidas, sendo formalizada pela Comissão de Fiscalização, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

7.4. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que o objeto possui vícios aparentes ou de qualidade, ou que se encontra em desacordo com as especificações técnicas ou com a proposta apresentada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. O material entregue em desacordo com os requisitos técnicos estabelecidos pelo Projeto de Especificação PE-014 IV ou da proposta deverá ser recusado pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que, no que exceder sua competência, comunicará o fato à autoridade superior no prazo de até 5 (cinco) dias, para ratificação, assegurada a devida motivação do ato administrativo.

7.6. Na hipótese de recusa, a CONTRATADA deverá proceder à substituição ou reentrega do material não aceito, no prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e

demaís obrigações da CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação, sem que isso implique qualquer ônus adicional para a Administração.

7.7. Caso a CONTRATADA não substitua ou reentregue o material rejeitado no prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades previstas no Edital e no Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa.

7.8. A constatação de irregularidades poderá ensejar a recusa total ou parcial da entrega, conforme avaliação técnica da fiscalização, devidamente fundamentada.

7.9. Mesmo após o recebimento definitivo, caso sejam constatadas irregularidades quando do uso do material ou por meio de inspeções regulares de estoque, a CONTRATADA será obrigada a proceder à substituição dos itens, às suas expensas, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

7.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do material fornecido, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

7.11. O fornecedor contratado deverá efetuar a entrega dos materiais no prazo previsto neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal.

8. ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

8.1. Os materiais deverão ser acondicionados de forma adequada, garantindo sua integridade física e preservação de suas características.

8.2. O transporte, carga e descarga serão de responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser realizados de modo a evitar danos ou comprometimento da qualidade dos produtos.

9. GARANTIA

9.1. Todo material entregue pelo CONTRATANTE, mesmo que estando instalado nos logradouros ou estocado em depósitos da CET-RIO, terão garantia contra vícios do produto, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua efetiva entrega sem prejuízo da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor. As peças defeituosas deverão ser substituídas por

outras, sem defeito.

9.2. Os postes deverão ter vida útil de 12 anos quando expostos ao clima do litoral da Cidade do Rio de Janeiro.

9.3. Como condição para a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas.

9.4. A garantia poderá ser prestada, a critério da CONTRATADA, por meio de Caução, Seguro-garantia e Fiança bancária, nos termos previstos no Edital.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições previstas no instrumento contratual, as partes deverão cumprir as seguintes obrigações:

10.1. Da CONTRATADA

- a) Fornecer os materiais conforme especificações técnicas estabelecidas;
- b) Substituir, às suas expensas, os materiais em desacordo;
- c) Cumprir os prazos estabelecidos;
- d) Manter comunicação com a fiscalização;
- e) Responsabilizar-se pela qualidade, integridade e transporte dos produtos.

10.2. Da CONTRATANTE

- a) Receber, conferir e atestar os materiais;
- b) Fiscalizar a execução contratual;
- c) Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas;
- d) Disponibilizar acesso ao local de entrega.

REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

11. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O critério de seleção será o de menor preço por item, desde que atendidas todas as exigências técnicas e documentais previstas neste Termo de Referência.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE OPERACIONAL

12.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá demonstrar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento anterior de poste simples tipo G7, em quantitativo mínimo correspondente a 20 % (vinte por cento) do total.

12.3. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação do quantitativo exigido, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto da contratação.

12.4. A exigência prevista neste item observa os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da ampla competitividade, limitando-se ao estritamente necessário para assegurar a aptidão da licitante à adequada execução do objeto.

13. CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DA AMOSTRA

13.1. O material deverá ser submetido à prévia inspeção técnica, através do envio de amostras ao Laboratório de Pesquisas da GMS – Gerência de Manutenção e Sinalização da CET-Rio, localizada na Rua Bela, nº 598, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, das 10h às 15h, aos cuidados do Sr. Fabrício Borges ou Alessandro Coimbra.

13.2. No ato da entrega das amostras, deverá ser apresentado laudo técnico realizado por instituição credenciada pelo INMETRO, para comprovação dos requisitos qualitativos.

13.3. A adjudicação fica condicionada à aprovação das amostras.

13.4. Telefones para informações e esclarecimentos técnicos:

(21) 3295-0434, (21) 2088-5004, (21) 2088-5019 – Sr. Alexsandro Coimbra.

13.5. A licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do pedido formulado pela Pregoeira para entregar gratuitamente à CET-Rio 2 (duas) amostras do material a ser fornecido, uma das quais poderá ser submetida a ensaio destrutivo. Depois de serem formalmente aprovadas pela fiscalização, receberão numeração, serão guardadas e servirão como provas de comparação para o efetivo recebimento do material.

14. SANÇÕES:

14.1. O descumprimento contratual poderá acarretar:

- a) Advertência formal;
- b) Multa proporcional à gravidade da infração;
- c) Suspensão temporária de contratar com a Administração Pública;
- d) Demais penalidades previstas no contrato e edital;

15. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

15.1. Para fins de pagamento, será observado o valor contratual previamente estabelecido, condicionado à regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 e demais legislação.

15.2. O pagamento estará condicionado à efetiva entrega do objeto, ao recebimento definitivo pela fiscalização competente e à atestação da Nota Fiscal.

15.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da atestação da Nota Fiscal, sendo o crédito realizado em conta corrente bancária cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme disposto na Resolução SMFP nº 3.290, de 18 de fevereiro de 2022, devendo ser efetuado em conta aberta no Banco Santander.

16. CONSÓRCIO

16.1. Não será permitida a participação de empresas consorciadas, tendo em vista que o objeto possui natureza padronizada e ampla oferta no mercado,

sendo plenamente executável por empresa individual, não havendo ganho de eficiência que justifique a formação de consórcio.

A vedação à participação de consórcios não implica restrição indevida à competitividade, uma vez que o mercado fornecedor é amplo e composto por diversas empresas aptas à execução do objeto, inexistindo barreiras técnicas, operacionais ou econômicas que justifiquem a necessidade de associação entre empresas.

Ao contrário, a admissão de consórcios, no presente caso, poderia ensejar a concentração de mercado e a redução do universo competitivo, em prejuízo da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A medida encontra-se alinhada aos princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, sendo adotada de forma motivada e proporcional às características do objeto.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação do objeto, em razão de sua natureza e da necessidade de controle direto da qualidade do material fornecido.

18. RESERVA DE COTA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Em atendimento ao disposto no **art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006**, alterado pela **Lei Complementar nº 147/2014**, na forma do **art. 1º da Resolução SMA nº 1.594/2010** e do **Parecer PA-PG-PADM-005-2015-RCRO** da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, e considerando a natureza do bem divisível a ser adquirido, será reservada a cota de **10% (dez por cento)** para às microempresas e empresas de pequeno porte, exceto se não for vantajoso para administração pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, nos itens que tenham seu valor total superior a **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

19. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Não é cabível, uma vez que o quantitativo do objeto é exato e previamente definido pelo setor requisitante.

20. MATRIZ DE RISCOS

20.1. Os riscos contratuais serão alocados conforme segue:

- a) Atraso na entrega: responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Fornecimento em desacordo: responsabilidade da CONTRATADA;
- c) Alterações na demanda: responsabilidade da CONTRATANTE;

21. PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. A CONTRATADA deverá observar a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), caso haja tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual.

22. ANEXOS

22.1. As empresas licitantes deverão apresentar as declarações e a proposta-detulhe previstas nos anexos do Edital.